

O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) E OS RESULTADOS NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) EM 2017

José Marques Batista ¹
Ana Gardennya Linard Sório Oliveira ²
Vivian Silva Rodrigues Vidal ³
Wagner Bandeira Andriola ⁵

RESUMO

Os indicadores educacionais mostram que o desafio da qualidade da educação ainda é uma meta a ser alcançada. O governo federal, no que tange à educação básica, e com o intuito de desvelar essa realidade criou o IDEB como instrumento capaz de mensurar a qualidade da educação e permitir à sociedade conhecer o quadro situacional da educação básica brasileira. O Ceará, em relação ao IDEB 2017, tem revelado uma melhoria em seus indicadores, sobretudo, em comparação aos demais estados da região nordeste. Essa constatação tem motivado a reflexão sobre esses resultados, objeto de estudo do presente trabalho. Com referência nos resultados obtidos no IDEB 2017, objetivamos analisar o desempenho da educação pública do Estado do Ceará em relação aos indicadores nacionais, do Nordeste e no âmbito do estado correlacionando com a meta 7 do PNE. Os dados, ademais, possibilitam, numa perspectiva mais ampla, avaliar a eficácia da política de alfabetização do MAIS PAIC nos municípios cearenses. Embora as metas desejadas ainda constituam um caminho a ser percorrido, os dados apontam para um significativo crescimento do IDEB do Estado em relação à meta nacional. Isso sugere um movimento de atenção à educação pública através do foco no sucesso e na permanência do aluno na escola.

Palavras-chave: Educação pública, Desempenho educacional, PAIC, IDEB.

¹ Mestrando em Avaliação Educacional pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador associado do projeto “Implementação de políticas educacionais e equidade em contexto de vulnerabilidade social”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP 18/11257-6, josebatistama@gmail.com;

² Mestre em Eletromagnetismo Aplicado pela UFC, Ana.gardennya@gmail.com;

³ Graduada do Curso Letras da Universidade Federal do Ceará - UFC, pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, vivian.rodrigues8@gmail.com;

⁵ Graduado em Psicologia (UFPb); Especialista (lato sensu) em Psicometria (Universidade de Brasília -UnB); Mestre em Psicologia Social e do Trabalho (UnB); Doutor em Filosofia e Ciências da Educação (Universidad Complutense de Madrid -Spain); Pesquisador do CNPq (Nível 1D); Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), w_andriola@yahoo.com;

INTRODUÇÃO

O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), desenvolvido pelo governo do Ceará a partir de 2007, é tido como uma política de cooperação entre o estado e os municípios cearenses cujo objetivo é assegurar a alfabetização de todos os alunos da rede pública de ensino até os sete anos de idade.

Com a consolidação do PAIC junto aos municípios do estado, o governo resolve ampliar o Programa Aprendizagem na Idade Certa – PAIC+5, com o intuito de estender as ações até o 5º ano do ensino fundamental. A garantia da aprendizagem dos alunos durante os anos iniciais do ensino fundamental passa a ser uma necessidade imperativa diante dos avanços que se conseguiu com o Programa PAIC.

A partir de 2015, na gestão do novo governo, o programa se estendeu para os anos finais do ensino fundamental (até o 9º ano), tornando-se o MAISPAIC. Foi uma grande assertiva a ampliação do programa, haja vista as lacunas de aprendizagem nesta etapa, como se pode observar ao lançar um olhar para o desempenho acadêmico através das avaliações externas nacionais e estaduais.

No ensino fundamental anos iniciais, já se vislumbra algum avanço, isso se observa nos resultados das avaliações externas, principalmente da Prova Brasil, base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

E no contexto atual da educação pública brasileira e inegável o impacto causado pelo IDEB no cenário nacional. Os resultados são postos na ordem do dia e tornam-se pauta discursiva nas agendas de todos os envolvidos com a educação, quer nas esferas executivas, legislativas e escolar, assim este índice vem gerando discussões para a melhoria da qualidade da educação.

Essa visibilidade dada pelo IDEB aos resultados educacionais oriundos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) contribui sobremaneira, para que o país se volte para o desafio de garantir a qualidade da aprendizagem dos alunos, bem como a qualidade dos serviços educacionais ofertados pelos sistemas de ensino. Para tanto, o MAISPAIC vem corroborando para a melhoria desses resultados no Estado do Ceará.

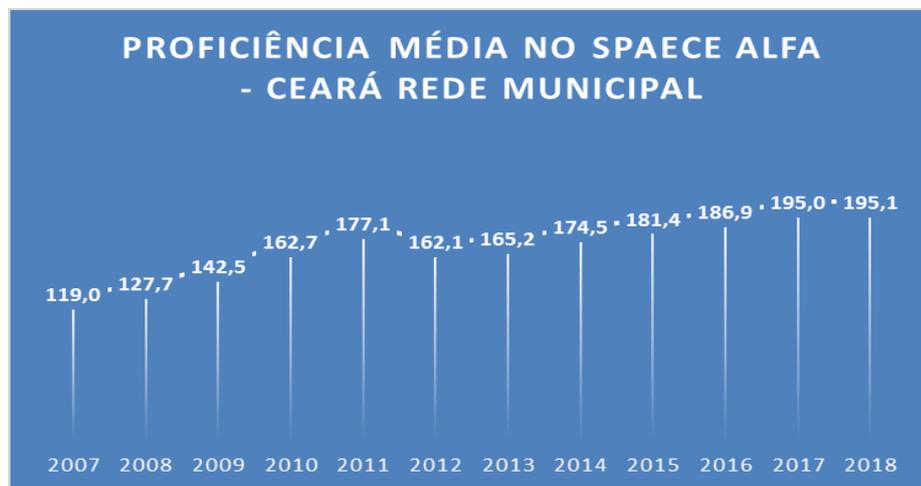
METODOLOGIA

A metodologia do artigo em voga, procurar-se-á trazer à luz do IDEB evidências de um percurso de sucesso dos alunos oriundos de escolas públicas do Estado do Ceará, a pesquisa foi delineada através de análises exploratórias dos resultados do SPAECE e principalmente dos resultados do SAEB, mais especificamente o IDEB, procurando evidenciar como o desempenho dos atendidos pelo PAIC tem impactado nos resultados da avaliação nacional.

Para o desenvolvimento da referida pesquisa, lançar-se-á mão além dos resultados do SPAECE, também e principalmente, olhando para o indicador que mensura a qualidade da educação básica no Brasil.

A partir da institucionalização do PAIC, vem-se observando uma crescente alteração nos resultados educacionais da alfabetização no Estado. Os resultados obtidos por meio da avaliação no âmbito do Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará – SPAECE vêm revelando essa ascensão nos índices educacionais. Há uma elevação na média de desempenho do Estado, conforme se observa no Gráfico 1. A proficiência média inicial de 119 em 2007 para a 195,1 ao final de 2018.

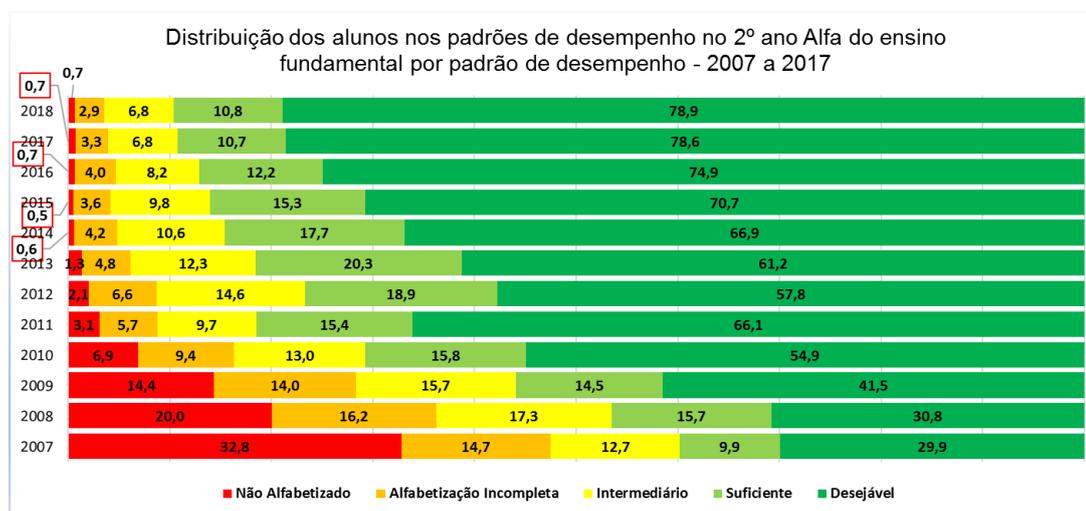
Gráfico 1 – Evolução da proficiência média da rede municipal do Ceará. 2007 a 2018.



Fonte: UFJF/CAEd. Organizado pela Seduc/Copem/Eixo de Avaliação

Ao se analisar a distribuição dos alunos avaliados considerando os padrões de Desempenho da Alfabetização na escala de proficiência (Não Alfabetizado, Alfabetização Incompleta, Intermediário, Suficiente e Desejável), apresentados no gráfico 2, verifica-se que num período de quatro anos houve significativo aumento no percentual de alunos no padrão desejável e elevado declínio nos percentuais de alunos nos padrões Não-Alfabetizado e Alfabetização Incompleta.

Gráfico 2 – Evolução da distribuição dos alunos do 2º ano por padrões de desempenho. SPAECE Alfa: 2007 a 2018.



Fonte: UFJF/CAEd. Organizado pela Seduc/Copem/Eixo de Avaliação

Esse significativo crescimento nos resultados do desempenho de alunos do 2º ano sugere a eficácia das ações do PAIC na alfabetização. Quanto aos seus efeitos, podem ser visualizados nos resultados do IDEB anos iniciais, conforme será abordado nos parágrafos seguintes.

Em estudo realizado por Batista (2011), o Ceará vem realmente fazendo seu “dever de casa”, pois registra-se um crescimento bastante expressivo dos resultados, na ordem de 15,8%, no biênio de 2007-2009, ficando atrás somente dos Estados de Minas Gerais e Pará que experimentaram um crescimento 19,1% e 16,1% respectivamente.

DESENVOLVIMENTO

O Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o propósito de mensurar e monitorar a qualidade da educação em âmbito nacional, constituindo-se, assim, em uma busca pela qualidade na educação.

Formado pela junção dos resultados referentes ao fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), obtidos por meio do Censo Escolar da Educação Básica – EDUCACENSO) e pelos resultados obtidos na Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, vertente do SAEB), o IDEB produz indicadores de abrangência nacional desagregado por estados, por municípios e por escolas. Traz, dessa forma, à luz o quadro situacional da educação no país, ao mesmo tempo em que dar destaque à atuação de quem de direito e de fato é responsável pela qualidade na educação.

Em decorrência deste aspecto da responsabilização e da transparência das ações, o IDEB se constitui uma importante estratégia de uso dos resultados da avaliação, cumprindo assim, segundo Lima (2007), a função de prestação de contas (accountability) e de controle social das políticas educacionais e dos recursos públicos aplicados.

Segundo Franco (2008), o IDEB, ao permitir o acompanhamento público do indicador de qualidade da educação por município e por rede de ensino, possibilita a transparência e a responsabilização. Haddad (2008) corrobora com esse pensamento, defendendo que responsabilização e mobilização social tornam a escola menos estatal e mais pública. Além de que, a divulgação dos resultados das avaliações permite identificar boas práticas, que merecem ser disseminadas, como também as insuficiências pedagógicas, que devem, tenazmente, ser enfrentadas e superadas.

Apesar do valor inestimável que o IDEB assume, o índice apresenta algumas limitações no que concerne à metodologia para aferir a qualidade do ensino, reconhecidas pelo próprio Ministério da Educação.

Uma das fragilidades do IDEB diz respeito aos alunos avaliados. Para a composição do índice só é levado em conta os alunos presentes no dia da avaliação. Isso pode abrir precedentes para que somente os melhores alunos realizem a avaliação da Prova Brasil. Outra crítica feita por especialistas diz respeito a possibilidade de o Índice não conseguir refletir os baixos desempenhos de muitos alunos, deixando de reproduzir fidedignamente os resultados observados nas escolas. Para Scandar Neto, Silva e Jannuzzi (2006:18), o índice constitui um indicador sintético e simplista em sua constituição para expressar o quadro real da qualidade da educação no país.

Caso as sugestões de melhoria fossem sanadas, teríamos uma maior compreensão dos índices. Não obstante essas críticas, o índice vem cumprindo o propósito nacional de revelar quais as redes de ensino e quais as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar (Brasil, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados do IDEB anos iniciais no Ceará, observa-se que há um movimento de crescimento substancial. Na edição de 2015, todos os municípios do estado alcançaram ou superaram suas metas estipuladas para aquele ano, em 2017, apenas um município não atingiu a meta projetada.

Um pouco da trajetória cearense neste índice é o que iremos nos debruçar durante esta seção, procurar-se-á abordar neste estudo os resultados do Ideb dentro do espaço de tempo de dez anos, ou seja, entre 2007 e 2017. Procurando trazer os dados relacionando também com os dez anos de PAIC.

Uma vez que o objetivo principal deste programa é alfabetizar todos os alunos na idade adequada, além dos resultados obtidos através do SPAECE, é interessante que se tenha evidências de outras fontes, no caso aqui, lançar-se-á o olhar sobre o Ideb dos Anos Iniciais.

Tabela 01. Evolução do IDEB do Ceará rede pública 2007 / 2017.

Melhores redes públicas 2007			Melhores redes públicas 2017			Ranking PIB percapita 2017		
1	Distrito Federal	4,8	1	São Paulo	6,5	2		
2	Paraná	4,8	2	Minas Gerais	6,3	10		
3	São Paulo	4,8	3	Paraná	6,3	6		
4	Santa Quitéria	4,7	4	Santa Catarina	6,3	4		
5	Minas Gerais	4,6	5	Ceará	6,1	23		
6	Rio Grande do Sul	4,5	6	Distrito Federal	6,0	1		
7	Espírito Santo	4,3	7	Goiás	5,9	11		
8	Mato Grosso	4,3	8	Espírito Santo	5,7	5		
9	Rio de Janeiro	4,1	9	Mato Grosso	5,7	8		
10	Roraima	4,1	10	Rondônia	5,7	14		
...						
16	Ceará	3,5						

Fonte: Mec/Inep, elaborado pelos autores.

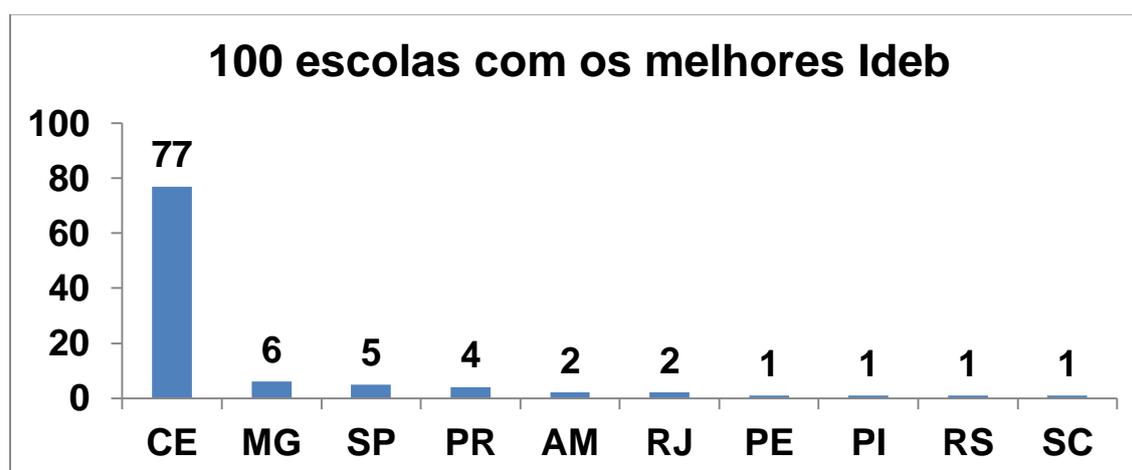
No caso do Ceará, a evolução de 74,3% entre 2007 e 2017, esse dado revela um significativo crescimento na qualidade da educação que vem sendo ofertada na rede pública de ensino. Levando em conta as ações do MAISPAIC na alfabetização, desde 2007, e a expansão das ações até o 5º ano em 2011, percebe-se que esse crescimento é fruto da política MAISPAIC que ao orquestrar um conjunto de ações integradas junto aos municípios, vem mobilizando os protagonistas educacionais para um fazer pedagógico que culmine em aprendizado efetivo nos anos iniciais do ensino fundamental.

E os resultados obtidos no âmbito do MAISPAIC, por meio das avaliações do SPAECE, bem como os resultados do IDEB são elementos importantes para o monitoramento do desempenho acadêmico dos alunos. Isso é destacado por Macêdo (2011), que assinala que a

Secretária de Educação e os coordenadores técnicos de um dado Município do estado são enfáticos em dizer que os dados do IDEB e do MAISPAIC contribuem para o desenvolvimento do trabalho escolar. A partir de tais resultados, as escolas criam suas próprias metas, como redução das taxas de reprovação e outras ações para melhorar o desempenho como simulados das provas do SAEB (Prova Brasil) e diagnóstico bimestral das disciplinas de Português e Matemática diretamente acompanhadas pelos supervisores. Enfatiza o autor que se observa no estado uma forte rede de monitoramento controlado em todo o ensino fundamental.

Esse movimento repercute nos resultados das escolas. Ao se estabelecer o comparativo das cem escolas com o melhor IDEB em 2015, 77 são escolas municipais que são assistidas diretamente pelo MAISPAIC, mostrando a coesão da política de cooperação existente entre estado e municípios.

Gráfico 03. Distribuição das cem escolas com maior IDEB 2015 Anos Iniciais, rede pública.



Fonte Mec/Inep, elaborado pelos autores.

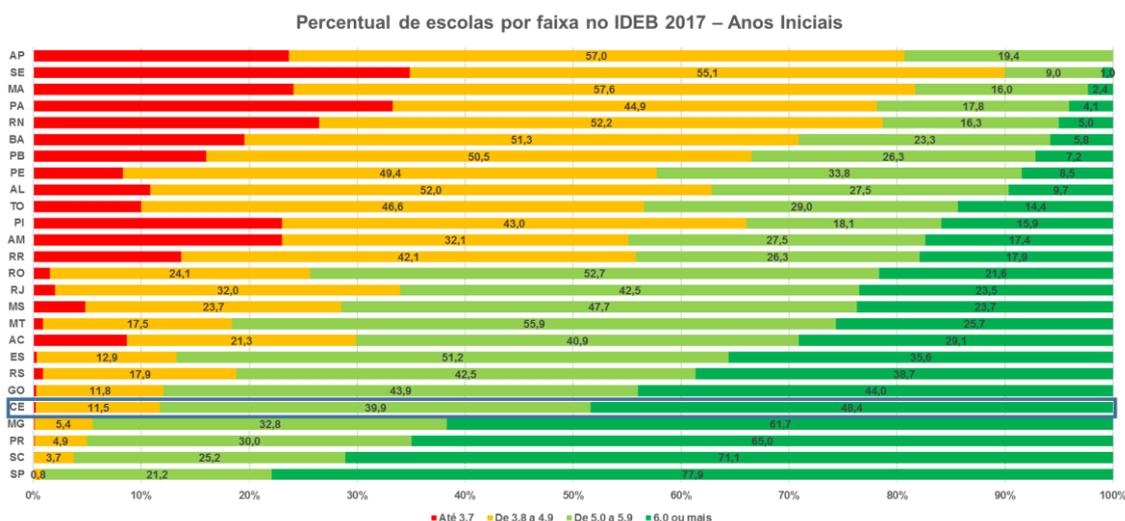
Em 2017, o número de escolas entre as melhores do país saiu de 77 para 82 escolas, é notável o elevado padrão de desempenho educacional dos alunos das redes municipais, assim como em 2015, em 2017 o Ceará continua andando à frente de muitos estados com renda pib per capita bem superior.

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas é o conteúdo de uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2014 através da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

A Secretária da Educação Básica do Ceará através da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM, vem traçando metas e ações para que essa lei se cumpra, ou seja, deixar todos os alunos com aprendizado adequado na idade certa.

No ciclo do SAEB 2017, 48,4% das escolas municipais do Ceará apresentam IDEB 6,0 ou mais, conforme gráfico abaixo, dentre os dez estados com os maiores percentuais de municípios neste padrão, somente o Ceará dentre os estados do Nordeste figura entre os dez.

Gráfico 04. Distribuição das cem escolas com maior IDEB 2017 Anos Iniciais, rede pública.



Fonte Mec/Inep, elaborado pelos autores.

Em 2007, além da criação do PAIC, surge também no cenário nacional o Movimento Todos pela Educação, que ao longo da trajetória destes 10 anos, tem desenvolvido um excelente papel no que diz respeito ao monitoramento de algumas metas educacionais, sendo mais um veículo de publicização de uma Educação Básica que visa a qualidade.

Para corroborar com o que foi escrito até o momento, lançamos mão aqui neste artigo também dos dados relativos à meta 3 do Movimento Todos pela Educação: “Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é adequado para seu ano”. Ficou definido, então, que 70% dos alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio do conjunto de alunos das redes pública e privada deverão ter desempenhos superiores a respectivamente 200, 275 e 300 pontos na escala de Português do SAEB, e superiores a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática.

Tabela 02. Porcentagem de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com aprendizado adequado - Unidades Federativas.

	Língua Portuguesa							Matemática								
	Rede Pública e Privada						Rede Pública	Rede Pública e Privada						Rede Pública		
	2007 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2013 (%)	2015 (%)	2017 (%)	2017 - 2007 (pontos percentuais)	2017 (%)	2007 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2013 (%)	2015 (%)	2017 (%)	2017 - 2007 (pontos percentuais)	2017 (%)
Brasil	27,9	34,2	40	45,1	54,7	60,7	32,8	56,2	23,7	32,6	36,3	39,5	42,9	48,9	25,2	44,1
Norte	18,4	25,4	30,1	33,3	43,5	44,9	26,5	41,9	13,1	20,1	22,7	25,2	29	31,5	18,4	28,7
Rondônia	21,9	-*	36	44,6	54,4	59,0	37,1	56,9	16,9	-*	30,3	38,9	40,5	46,4	29,5	44,2
Acre	24,3	-*	36,2	46,9	56,1	61,9	37,6	60,6	15,8	-*	27,9	36,8	43,2	51,1	35,3	49,6
Amazonas	20,1	-*	32,8	40,2	50,5	50,5	30,4	47,8	14,4	-*	26,2	30,2	35,1	37,3	22,9	34,3
Roraima	22,2	-*	32,2	37,3	45,3	50,3	28,1	47,6	15,8	-*	24,3	32,5	35	41,3	25,5	38,6
Pará	15,4	-*	26,4	25,5	37	37,5	22,1	34,1	10,9	-*	18	17,4	22,1	23,1	12,2	20,2
Amapá	15,8	-*	21,7	23,4	33,2	35,6	19,8	31,7	10	-*	13,2	15,6	19,1	21,0	11,0	17,0
Tocantins	20,2	-*	36,6	39	44,6	51,5	31,3	48,3	15,2	-*	31,2	32,6	31,5	40,0	24,8	36,7
Nordeste	18,9	23,8	29,2	33,8	44,9	47,8	28,9	41,4	14,6	20	23,5	27,2	30,9	34,1	19,5	28,3
Maranhão	16,2	15	21,8	23,4	33,8	33,6	17,4	28,9	12,7	11,9	15,1	16,4	19	20,4	7,7	16,2
Piauí	20,2	23,5	32,6	33,5	44,6	47,7	27,5	42,4	15,7	19,4	26,1	26,7	31,1	35,3	19,6	30,1
Ceará	21,4	27,5	38,7	45,4	61	65,7	44,3	63,0	15,2	22,8	31,9	35,4	44	50,2	35,0	48,3
Rio Grande do Norte	14,2	21,3	28,7	33,2	41,7	44,4	30,2	35,4	11,2	17,8	21,8	26,7	28	30,2	19,0	21,8
Paraíba	19,4	23,1	29,4	32,5	43,3	46,8	27,4	38,9	15,5	19,6	23,5	26,7	30	34,1	18,6	26,6
Pernambuco	20,6	22	28	37,2	46,7	49,7	29,1	42,0	16	19,5	23	31	33,3	35,7	19,7	29,2
Alagoas	13	13,3	21,3	26,9	38,8	45,3	32,3	39,4	10,3	11,5	16,4	22,1	26,3	33,9	23,6	28,9
Sergipe	18,7	19,2	27,3	30,5	40,3	42,6	23,9	32,0	14,8	16,9	23,4	25,6	28,7	30,9	16,1	20,8
Bahia	20,2	20,3	29,4	31,5	42,8	46,1	25,9	39,7	15,6	17	24,6	26,3	29,3	31,9	16,3	25,7
Sudeste	36	45,7	50,3	56,8	65,6	70,9	34,9	67,0	31,6	45,8	48	51,9	55,2	60,7	29,1	56,3
Minas Gerais	34,9	49,6	55,1	59,1	66,4	70,6	35,7	67,7	32,3	51,5	53,7	54,9	56,1	60,4	28,1	56,6
Espírito Santo	33,2	40	45,1	50,3	60,7	64,7	31,5	61,0	28,3	38,3	41,5	44,6	47,8	52,9	24,6	48,1
Rio de Janeiro	33,5	40	48,7	50,3	59,4	64,7	31,2	57,0	27,5	36,2	45	42,9	44,5	51,5	24,0	42,4
São Paulo	37,5	45,6	49,1	59	67,9	73,9	36,4	70,3	32,8	46,5	47	54,8	59,3	65,0	32,2	61,2
Sul	35,1	41,5	48,7	57,6	65,1	69,9	34,8	67,2	31,2	41,1	46,2	53	55,2	59,8	28,6	56,1
Paraná	36,9	43,6	49,2	59,7	68,3	73,6	36,7	71,4	34,4	45,8	49,4	55,8	59,9	65,4	31,0	62,7
Santa Catarina	34,9	38,2	52,9	60,1	69,3	72,8	37,9	70,3	30,8	37,3	49,9	54,8	59	62,2	31,4	58,6
Rio Grande do Sul	33,3	38,9	44,4	53,9	59,4	63,9	30,6	60,6	28,2	36,5	39,1	48,8	48,4	52,0	23,8	47,5
Centro-Oeste	30,9	40,2	47,2	52	60	64,7	33,8	60,8	25,4	36,2	41,7	44,6	45,2	51,1	25,7	46,1
Mato Grosso do Sul	30,6	35,1	48,3	49,6	59,3	62,5	31,9	59,5	26	31,1	43,7	42,2	44,2	48,4	22,4	44,7
Mato Grosso	25,6	31,7	36	42,4	53,8	57,8	32,2	53,7	20,8	27,7	30,8	35,9	40,5	44,7	23,9	40,1
Goiás	26,5	38,5	46,9	53,3	60,4	66,0	39,5	62,8	20,8	33,2	40,4	45,6	44,7	51,0	30,2	46,7
Distrito Federal	45,7	52,8	57,9	60,8	66,6	72,2	26,5	67,1	39	52,1	53	53,3	52,1	61,3	22,3	54,5

Fonte: Microdados do SAEB / INEP. Elaboração: Todos Pela Educação.

É interessante observar que o Ceará é o 7º estado com o maior percentual de alunos 65,7% no 5º ano em Língua Portuguesa com aprendizado adequado à série e o 11º em Matemática com 50,2%. Ainda olhando para a tabela acima, no que diz respeito ao distanciamento do resultado entre 2007 e 2017, o Ceará foi o que mais cresceu nos dez anos, saindo de 21,4% de estudantes com proficiência 200 ou mais em Língua Portuguesa atingindo em 2017, 65,7% de alunos neste patamar.

Com base nesses números pode-se deduzir que o Ceará vem registrando um crescimento expressivo nos resultados. Mas ainda é um desafio a educação pública neste estado, ainda há muito que fazer para proporcionar esse direito para todos os alunos da rede pública na educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo, nos mostram que o Ceará vem garantindo o direito de aprendizagem a todos os alunos da rede pública de ensino. Ao que parece, o Ceará tem esse compromisso em garantir uma educação de qualidade e com equidade a todos os alunos, o PNE, em sua meta 7,

traz à luz esse compromisso que também é objetivo do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que instituiu-se o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.

Durante esta pesquisa, procurou-se fazer uma análise da educação cearense nas séries iniciais do ensino fundamental através dos resultados do IDEB, tendo como parâmetro os dez anos do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC. Foi observado que a educação cearense vem promovendo um salto qualitativo na aprendizagem dos alunos.

A pesquisa demonstrou ainda que com as mudanças ocorridas no setor educacional a partir de 2007 no estado do Ceará, principalmente depois da criação do PAIC, com foco nas séries iniciais, evidencia-se uma melhoria bem relevante nos indicadores de aprendizagem em todos os 184 municípios do estado. Um pouco dessa relevância no desempenho dos alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental pode ser comprovado nas avaliações estaduais e nacionais como é observado nas análises feitas com base nos resultados do IDEB, principalmente na edição de 2017.

Apesar de algumas críticas persistirem sobre este índice, ainda é de extrema importância seu estudo para o aprofundamento da compreensão quanto a qualidade da educação pública brasileira. Apropriação dos dados sobre ensino nos conduz a uma maior conscientização de como avançamos rumo a uma aprendizagem mais efetiva.

REFERÊNCIAS

BATISTA, José Marques e LIMA, Alessio Costa. Análise da educação pública do Ceará a luz dos resultados do índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB 2009. In: Anais da VI Reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE). Avaliação e o Direito à Qualidade da Educação – 31 de agosto a 02 de setembro de 2011. Fortaleza: ABAVE, 2011. Disponível em <
http://www.abave.org.br/adm/pdf_upload/25SETEMBRO201119.12.47298.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Primeiros Resultados: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada**. Brasília: Inep, 2007.

_____. PDE: plano de desenvolvimento da educação: **Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.

_____. **Lei No. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília: MEC, 2006.

_____. **Portaria INEP nº 69 de 04 de maio de 2005**: Regulamentou a Anresc. Diário Oficial da União, 05 maio 2005.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: Inep, 2001.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: Inep, 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o Saeb**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/default.asp> Acesso em: 28 ago. 2010.

CEARÁ. **Guia de Estudo: Avaliação Continuada**. Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2009.

COELHO, M. I. de M. **Vinte anos de avaliação da educação no Brasil: aprendizagens e desafios**. Rio de Janeiro: v. 16, nº 59, p- 229 — 258, abr/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05.pdf> Acesso em: 25 maio 2010.

FRANCO, C. **Avaliação em larga escala e fatores associados ao desempenho escolar**. In: GATTI, Bernardete (Org.). *Construindo caminhos para o sucesso escolar*. Brasília: UNESCO, INEP, MEC, Consed. Undime, 2008. p. 27-35.

FREITAS, L. C. **Eliminação adiada: O ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 965-987, 2007

HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

Nota Técnica com a metodologia do cálculo das metas intermediárias do Todos Pela Educação está disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1220/nota-tecnica-das-metas-do-todos-pela-educacao-completa/>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

PESTANA, M. I. O Sistema de avaliação brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 79, n.191, p.65-73, jan./abr.1998.

RAMOS M. N. Resultados do IDEB com foco na equidade e na qualidade das redes públicas do país. Disponível em http://www.todospelaeducacao.com.br/arquivos/biblioteca/2010_08_13_documento_tecnico_equidade.pdf Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. Equidade entre as escolas das redes municipais: Uma análise com base nos dados de IDEB para os municípios e escolas. In: *Educação fica mais desigual em 14 estados. Todos pela educação*, 10 ago. 2010. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-idia/noticias/9737/educacao-fica-mais-desigual-em-14-estados?pag=1> Acesso em: 18 ago. 2010.

SCANDAR N, W. J.; SILVA, P. L. N.; JANNUZZI, P. M. Do que precisam os gestores de programas sociais? In: *Educação na diversidade: como indicar as diferenças?* / Organização: Jorge Luiz Teles, Cláudia Tereza Signori Franco. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 228 p. : il. – (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 8, v. 25).

VIEIRA, S. L. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. *Estudos Avançados*. [online]. 2007, vol.21, n.60, pp. 45-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a04v2160.pdf> Acesso: 13 mar. 2011.